

Os dois reinos de Lutero: religiosidade e política na Joinville contemporânea

Filipe Ferrari¹
Euler Renato Westphal²

Resumo: A presença luterana em Joinville é marcante tendo em vista sua colonização europeia, com predomínio de alemães, suíços e noruegueses. Por conta desse fenômeno, os imigrantes luteranos e seus descendentes, ocuparam (e ainda ocupam) espaços de influência no cotidiano da cidade, demandando estudos a respeito de suas práticas sociais no tempo presente. Essa pesquisa, de caráter interdisciplinar, buscou identificar e analisar as táticas e estratégias dos luteranos em Joinville como sujeitos sociais inseridos no contexto político da cidade. Para tanto, foram movimentados conceitos historiográficos, destacando Michel de Certeau, e também teológicos, a partir do reformador Martinho Lutero e do teólogo alemão Paul Tillich, que oferecem subsídios para refletir sobre a sua correlação entre teologia, cultura e prática política. As fontes analisadas foram as manifestações oficiais da liderança da IECLB com representatividade nacional, e três jornais luteranos (de alcance nacional, regional e municipal). A partir dessas fontes foi possível identificar, frente à teologia luterana, os conflitos entre estratégias e táticas, entendendo o fator aglutinador de grupo, e de como a religiosidade, fator influenciador dos processos de identificação, constitui-se enquanto um patrimônio cultural do grupo, e se promove por meio da escrita, dos documentos.

Palavras-chave: Luteranismo, Política, Táticas.

Luteranos em Joinville

A colonização europeia de meados do século XIX em Joinville é marcante por conta da forte presença de alemães, suíços e noruegueses. Por conta desse fenômeno, os imigrantes luteranos e seus descendentes, têm influência no cotidiano da cidade, demandando estudos a respeito de suas práticas sociais no tempo presente. A casa de oração protestante pioneira na cidade data de 1851³, ano em que se credita a chegada das primeiras leva “oficial” de colonizadores. Essas comunidades não podiam construir locais de culto com aparência de templo⁴, por conta disso o uso do termo “casa de oração”. Para suprir essa carência da necessidade de algum lugar público de reunião, construíram escolas, usando as mesmas como também enquanto locais para cultos. De acordo com algumas correntes

¹ Mestrando em Patrimônio Cultural e Sociedade, Universidade da Região de Joinville – Univille. E-mail: filipe.ferrari@gmail.com

² Doutor em Teologia, Universidade da Região de Joinville – Univille. E-mail: eulerrw@brturbo.com.br.

³ Outras comunidades protestantes em terras brasileiras foram fundadas em 1824 em Nova Friburgo/RJ e em São Leopoldo/RS, juntamente com os colonos europeus que chegavam à essas regiões. Em Blumenau/SC, a primeira comunidade data de 1850 (<http://luteranos.com.br/portal/site/conteudo.php?idConteudo=1158>)

⁴ Tal proibição só acabaria com a Proclamação da República (1889).

historiográficas, ainda que essa visão sofra contestações da historiografia recente, por conta desses imigrantes e seus contatos com a Europa, o desenvolver do fenômeno industrial em Joinville deu-se de maneira antecipada, se pensada em paralelo com o mesmo processo no restante do Brasil. Os contatos para aquisição de tecnologia e matéria prima eram facilitados por conta da forte ligação com a Europa, principalmente com a Alemanha (ROCHA, 1997). Enquanto resultado de tal presença determinante na industrialização e no povoamento da cidade nas suas mais diversas instâncias, os imigrantes e seus descendentes ainda ocupam espaços de influência no cotidiano de Joinville. E dentre esses imigrantes, a maioria era (e ainda é) protestantes luteranos⁵, chegando a legar à Joinville o título de “maior polo luterano do continente” (A NOTICIA, 2001).

Entretanto, quando se fala da presença do protestantismo em Joinville, observamos hiatos históricos pertinentes à historiografia da cidade. Um desses hiatos pode ser percebido acerca dos luteranos e seus posicionamentos no âmbito da cidade, e suas influências nos mais diversos campos, seja econômico, educacional, político ou mesmo comportamental, munidos toda a sua pluralidade e identidade. A pesquisa desenvolvida para a realização do presente artigo, de caráter interdisciplinar, buscou identificar e analisar as táticas e estratégias dos luteranos em Joinville na contemporaneidade como sujeitos sociais inseridos no contexto político da cidade. Para isso, foram analisadas manifestações oficiais da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB). Além dessas, foram estudados jornais que circulam no meio luterano, sendo estes de alcance nacional, regional e municipal, buscando as relações que podem existir entre estas, e como esses jornais, que são um dos principais contatos com os membros da Igreja, comportam-se em relação às publicações da central da Igreja, responsável pelas mesmas.

O estudo interdisciplinar do tempo presente: teologia e cultura – faces de uma mesma moeda

Para estudar de maneira mais efetiva as relações entre essa presença protestante em Joinville, e a política na cidade, faz-se necessário um entendimento interdisciplinar sobre o processo. Para mensurar a importância do fator “protestantismo” dentro dos posicionamentos

⁵ Conforme consta nas listagens do primeiros imigrantes do Arquivo Histórico de Joinville, a proporção de Protestantes era bem maior do que de católicos. Fonte: <http://www.arquivohistoricojoinville.com.br/ListaImigrantes/lista/tudo.htm>

políticos de um grupo, cabe uma correlação entre a teologia luterana e a cultura, e como a historiografia do tempo presente. Porém, como nos relembra o historiador britânico Eric Hobsbawm (1998), uma coisa bem diferente é escrevermos a história do tempo em que vivemos, já que essa escrita pede uma relação distinta com o próprio tempo, uma visualização distinta das relações temporais, favorecida pelo aporte metodológico da interdisciplinaridade, onde discussões sociológicas, teológicas e históricas complementam-se, fornecendo as bases para a discussão.

Para a compreensão dessa relação, pode-se analisar a fala de Paul Tillich (2009), quando o teólogo alemão afirma que religião e cultura podem ser encaradas enquanto duas faces de uma mesma moeda. Para ele, entre os elementos, existe uma correlação onde “a religião, considerada preocupação suprema, é a substância que dá sentido à cultura, e a cultura, por sua vez, é a totalidade das formas que expressam as preocupações básicas da religião” (TILLICH, 2009, p. 83). Para resumir sua ideia de maneira mais eficaz, pode-se usar sua célebre citação: “A substância da cultura é religião, e a forma da religião é cultura” (TILLICH, 1936). Para referendar tal união, Tillich toma como exemplo a vida espiritual, que pode se consubstanciar por meio da linguagem, que é uma criação cultural, logo, não advém de uma origem sobrenatural. No seu turno, “não existe criação cultural que não expresse a preocupação suprema... Sua expressão imediata é o estilo da cultura” (TILLICH, 2009, p. 83-84). Essa teoria de Tillich (2009, p. 83) fica clara quando ele explicita que:

A religião, considerada preocupação suprema, é a substância que dá sentido à cultura, e a cultura, por sua vez, é a totalidade das formas que expressam as preocupações básicas da religião. Em resumo: religião é a substância da cultura e a cultura é a forma da religião. Com isso evita-se o dualismo entre religião e cultura. Cada ato religioso, não apenas da religião organizada, mas também dos mais íntimos movimentos da alma, é formado culturalmente.

Exemplo claro dessa relação cultural e espiritual pode ser observado no binômio igreja e sociedade, que se correlacionam, e existem além e contrárias uma a outra (TILLICH, 1936), sendo que tanto a religião quanto a sociedade fundam suas bases junto ao ser na religião em seu sentido mais amplo, ou seja, naquilo que o preocupa de maneira suprema. Ao se perceber esse fenômeno, os conflitos culturais e espirituais desaparecem, e a religião enfim redescobre seu lugar na espiritualidade humana, em suas profundezas “a partir da qual concede substância, significado último, julgamento e coragem criadora para todas as funções do espírito humano” (TILLICH, 2009, p. 46). Porém, dentro da teologia e da filosofia

protestante, além das disputas espírito X cultura pelo predomínio sobre o ser, há o “o agir de Deus [act of God], que coloca-se contrário à igreja e à sociedade, e cria a congregação invisível” (TILLICH, 1936, p. 235, Tradução Nossa). O agir de Deus é o elemento inovador na história da igreja e da cultura, ou seja, da humanidade, pois este agir despedaça [shatter] as pretensões de hegemonia de qualquer instituição, seja ela religiosa ou cultural (TILLICH, 1936). Por conta disso, o protestante é livre, seja em relação à cultura ou à religião: “E porque somos livres de ambas, somos livres para ambas” (TILLICH, 1936, p. 236, Tradução Nossa). Eis o que diferencia o protestantismo do catolicismo: a liberdade em relação à Igreja. A Reforma destrona a totalização exercida pela igreja medieval, e sua alegação de deter o monopólio de acesso ao absoluto. Essa visão que contesta a absolutização de qualquer esfera humana, seja ela cultural ou religiosa, é presente em outros teólogos. O teólogo estadunidense Vernard Eller, trabalha com a noção de “arquia”⁶ [arky]⁷, ou seja, o postulado de qualquer elemento cultural querer assumir o papel do absoluto mediante o ser. Eller contraria radicalmente essa premissa, baseando-se nas obras do teólogo suíço Karl Barth⁸ e do filósofo e professor de direito francês, Jacques Ellul⁹.

Inserido nas discussões e nuances da religiosidade luterana, o entendimento dessa e seu relacionamento com a política e os governantes ajuda na compreensão dos questionamentos aqui suscitados, e do entender os posicionamentos políticos dos luteranos na cidade atualmente, e como a teologia luterana influencia a visão dos mesmos sobre a sociedade. O monge alemão Martinho Lutero, desenvolveu a “Doutrina dos Dois Reinos”, onde propõe dividir a todos em dois reinos, ou duas esferas: um é o Reino de Deus, no qual estão todos os verdadeiros crentes, e o outro é o reino do mundo, onde encontram-se as demais pessoas (STAHLHOEFER, 2009, p. 244). Conforme o próprio reformador:

Aqui temos que dividir os filhos de Adão e todas as pessoas em dois grupos: uns pertencem ao reino de Deus, os outros, ao reino do mundo. Os que pertencem ao reino de Deus são todos os que, como verdadeiramente crentes, estão em Cristo e sob Cristo. Pois Cristo é o Rei e Senhor do reino de Deus, como afirma o Salmo 2.6 e toda a Escritura; e foi exatamente para isso que ele veio: para dar início ao reino de Deus e erigi-lo no mundo. Por essa razão diz diante de Pilatos: “Meu reino não é do mundo, mas quem é

⁶ No original arky. Como conhecido, o termo grego *Arché* significa "autoridade" e "governante". É usada para indicar poderes humanos e espirituais. Este vocábulo pode significar também "esfera de influência" de vários poderes. Possivelmente, este termo refere-se a poderes espirituais que exercem domínio ou influência sobre vastas regiões celestes (Ef 3:10; 6:12). "Príncipe" ou "Soberano", também vêm do grego "Archon"- Jo 14:30. Para Eller, o termo vem das Epístolas de Paulo, e traduz-se basicamente por principados.

⁷ ELLER, Vernard. *Christian Anarchy: Jesus' Primacy over the Powers*. Michigan: Wm. B. Eerdmans Publishing Co. Grand Rapids, 1987. Disponível no site <http://www.hccentral.com/eller12/>.

⁸ BARTH, Karl. *Carta aos Romanos*. São Paulo: Novo Século, 2000.

⁹ ELLUL, Jacques. *Anarquia e Cristianismo*. São Paulo: Garimpo Editorial, 2010.

da verdade, este ouve minha voz". (...) Ora, essas pessoas não precisam de espada ou direito secular. E se todas as pessoas fossem cristãos autênticos, isto é, verdadeiros crentes, não seriam necessários nem de proveito príncipe, rei ou senhor, nem espada nem lei. Pois para que lhes serviriam? Eles têm no coração o Espírito Santo que os ensina e efetua que não façam mal a ninguém, que amem a todos e que sofram, de bom grado e alegremente, injustiças, sim, inclusive a morte da parte de qualquer pessoa. (LUTERO, 1996, p.84-85)

Esses dois Reinos, embora diferenciados de maneira cuidadosa, coexistiriam lado a lado, já que nenhum deles basta ao mundo por si só:

Deus instituiu os dois domínios: o espiritual que cria cristãos e pessoas justas através do Espírito Santo, e o temporal que combate os acristãos e maus, para que mantenham paz externa e tenham que ser cordatos contra sua vontade. E nesse sentido que S. Paulo interpreta a espada secular em Rm 13.3, ao afirmar que ela não se destina para temer pelas boas obras, mas pelas más. (...)

Se agora alguém quisesse governar o mundo segundo o Evangelho e eliminar toda a lei e a espada secular, argumentando que todos foram batizados e são cristãos, entre os quais o Evangelho não quer que haja nem lei nem espada, e também não há necessidade — meu caro, adivinha o que esse mesmo estaria fazendo? Soltaria as cadeias e correntes dos animais selvagens e maus para dilacerarem e morderem, e argumentaria que se trata de maravilhosos animaizinhos mansos e dóceis. Eu, porém, o sentiria muito bem em minhas feridas. (LUTERO, 1996, p.86)

Segundo Lutero, sem o regime espiritual não se pode justificar nada por meio do regime secular, mesmo que sejam realizadas boas obras de acordo com a Lei do evangelho, pois não há a presença do Espírito Santo que justifica o ser perante Deus. Por conta disso, onde reina o regime secular de maneira exclusiva, há hipocrisia, já que sem o Espírito Santo ninguém pode ser justo. Paralelamente, o regime secular é necessário para controlar e administrar aqueles que não são cristãos, assim como para assegurar a paz externa, e mesmo tempo, a manutenção da fé cristã. Essa doutrina foi uma das bases da justificativa para as posições de Lutero durante as Revoltas Camponesas (1524-1526), que constituíram “a transposição de um abismo ontológico inultrapassável” (MARQUES, 1999, p. 15), onde o Reino de Deus foi “forçado” por mãos humanas.

Nesse contexto, tem-se ainda o desenvolvimento, também por Lutero, do Sacerdócio Universal de Todos os Crentes, onde o reformador propõe um questionamento do monopólio do poder papal, assim como do corpo eclesiástico da Igreja Medieval, ao dizer que todos os seres humanos são sacerdotes, eliminando a intermediação eclesiástica entre o humano e o divino. Essa doutrina desenvolve-se em escritos de cunho político (*À nobreza cristã da*

nação alemã, acerca da melhoria do estamento cristão, de 1520), e questiona ainda o monopólio de interpretação bíblica, dotada de um contexto político e teológico. Importa ainda entender que no contexto histórico medieval, conceitos como “fé” e “mundo” são extremamente dissociados, bastando lembrar dos ideais ascéticos, e da desvalorização e do repúdio da vida secular, e sua contrapartida, a vida isolada nos mosteiros, das ordens monásticas. Porém, em aspectos diferentes, há a mistura de ambos, conforme pode ser observado no cerne da estrutura da Igreja e do governo secular, o agir político nas eleições episcopais, e a corrupção nessas mesmas ordens monásticas.

E dentro dessas discussões, da capacidade contestadora que o protestantismo oferece enquanto paradigma analítico, “entendemos o protestantismo como a concretização histórica especial de um princípio universalmente significante” (TILLICH, 1992, p. 13), pois o este não é um conceito encerrado em si, nem mesmo religioso ou cultural. É “um critério absoluto de julgamento de todas as religiões e de todas as experiências espirituais; situa-se nas suas bases” (TILLICH, 1992, p. 14) O princípio protestante é eterno, já que a justificação pela fé (*sola fide*) não se enquadra somente ao âmbito ético-religioso da vida, mas também intelectual, pois são justificados pela fé não somente aqueles que pecam, mas também aqueles que duvidam (TILLICH, 1992). A presença do divino, do transcendente absoluto, acontece por ocasião dessa dúvida e da concepção da verdade ou da não-verdade que ocorre acontece nos fundamentos do ser, e transforma-se em nossa “preocupação suprema” (TILLICH, 1992, p. 16) levando as dúvidas a serem justificadas no pensamento.

A teologia luterana, em seu contexto de surgimento, mostra-se radical e irreduzível, assim como muitas vezes mostrou-se o próprio Lutero, e ela surge num contexto de vida e morte, de transição do velho para o novo, do medieval para o moderno, onde instituições que perduravam a mais de um milênio vinham sendo questionadas e que logo conheceriam seu fim. Essas particularidades do protestantismo vistas até aqui podem levar-nos a uma reflexão acerca da vinda dos imigrantes alemães para o Brasil, que implantaram aqui o chamado “protestantismo de transplante” (ALTMANN, p. 121). Praticamente toda a imigração de origem germânica a partir de 1824 era de camadas marginalizadas da população, e estas encontraram em solo brasileiro, uma relativa possibilidade de autonomia, ao menos no campo confessional, a despeito do Brasil ser oficialmente católico¹⁰. Essa facilidade para se organizar de maneira autônoma, forma comunidades religiosas livres de “organismos

¹⁰ Essa oficialidade, no entanto, não proibia de fato o exercício de outras práticas. A proibição restringia-se à questão da configuração de templos com sinais externos, proibição que cai com a proclamação da República em 1889, quando o Brasil torna-se um país laico.

eclesiásticos atrelados, tais quais igrejas de Estado” (ALTMANN p. 122). Por conta dessa organização, existiu até mesmo uma resistência à organização em sínodos. A IECLB só surge enquanto uma constituição sinodal e, 1949, e adota sua estrutura atual apenas em 1968. Por conta desses fatores, “há um acentuado sentido de introversão” (ALTMANN p. 121) que constitui um desafio à tarefa missionária e política da Igreja, principalmente nos âmbitos das paróquias.

As publicações da IECLB e os jornais

No caso específico do panorama político brasileiro, principalmente no contexto pós-1968, os posicionamentos políticos enquanto grupo, por meio do estudo interdisciplinar do tempo presente a partir da teologia e da cultura demonstra-se muito relevante no caso dos luteranos, que tem sua história no Brasil, principalmente no período supracitado, marcada por participações em seu posicionamento político, que torna imprescindível a contextualização do período pós formação da IECLB em sua atual estrutura, no ano de 1968, quando a Igreja resolve se entender enquanto Igreja “do” Brasil. No caso referente à Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB), em 1970 estava programado o Concílio Mundial desta na cidade de Porto Alegre. Receando mostrar-se conivente com as denúncias que pairavam no Brasil sobre as notícias acerca das torturas e cerceamentos das liberdades civis que ocorriam no país, a Igreja Luterana Mundial transferiu o Concílio para Evian, na França. Mediante ao fato, a IECLB chama para si a tarefa de revisar sua postura perante o contexto político no país, esforço que acaba culminando no “Manifesto de Curitiba” (WEINGÄRTNER, 2001). Esse, “um dos mais corajosos documentos já publicados pela IECLB” (LINDNER, 2010), foi entregue ao então presidente, o general Médici pelo presidente da Igreja no Brasil. Segundo uma análise da própria Igreja Luterana, o Manifesto a colocava no “seleto grupo das instituições não coniventes com a ditadura instalada no Brasil em 1964 e com a tortura e o desprezo aos direitos humanos” (LINDNER, 2010).

Por meio deste, e de outros documentos oficiais da Igreja¹¹, nota-se uma mudança paulatina em seu posicionamento frente ao governo brasileiro no período dos Anos de

¹¹ Como por exemplo, o documento chamado “Nossa Responsabilidade Social”, aprovado no XI Concílio Geral da IECLB, ocorrido em Joinville, de 19 a 22/10/1978. Nesse documento, não é trabalhado tão especificamente a questão política em relação ao governo, mas mesmo assim chama a atenção dos luteranos para problemas referentes à economia, educação e saúde do Brasil no período, pontuando a posição que os membros da Igreja

Chumbo, e mesmo em questões contemporâneas. Por meio das manifestações oficiais da IECLB¹², nota-se a preocupação da instituição em posicionar-se na sociedade (SINNER, 2005), lançando bases para a discussão dos mais variados assuntos em todos os âmbitos de vivência dos luteranos, já que a religião é aquilo que toma o ser em sua preocupação última (TILLICH 2005). E, sendo Joinville “o maior polo luterano do continente” (A NOTICIA, 2001), é de se esperar que os posicionamentos de tais documentos se sobressaíam ou que gerem diferentes reações. No âmbito nacional, percebe-se a existência de “um grupo de vanguarda, uma ‘esquerda’ da igreja, que exigia uma participação ativa da IECLB” (SINNER, 2005, p. 58) em questões ligadas à correlação entre fé e política, assim como percebe-se ainda que existe uma tendência de cunho mais conservador (SINNER, 2005). Entretanto, não há um levantamento histórico acerca dos posicionamentos dos luteranos em Joinville e suas lideranças frente às demais manifestações de cunho político social.

Para basear estes estudos, buscou-se observar a religiosidade enquanto um elemento fundamental para a compreensão dos meandros sociais de políticas e posicionamentos, e que essa atua de maneira incisiva na formação histórico-social da cidade. Para tal, buscou-se um diálogo entre a teologia, a sociologia, a filosofia e a história, buscando pautar o presente artigo numa construção interdisciplinar. Para entender essas posições e questões que acontecem no dia a dia, nas vivências além dos bancos dos templos, serão utilizadas as noções de táticas e estratégias de Michel de Certeau (1998). A “estratégia” o historiador francês descreve como:

o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um *lugar* suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com *uma exterioridade* de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e os objetos da pesquisa, etc.) (1998, p. 99)

A ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. (1998, p. 100)

Já as táticas são:

deveriam adotar mediante às desigualdades que assolavam a sociedade brasileira. Ainda que não seja altamente politizado (no sentido de questionamento ao governo ditatorial), é um documento altamente crítico.

¹² <http://www.luteranos.com.br/conteudo/manifestacoes-da-igreja>

Nessas definições, os posicionamentos de membros e igreja desvelam-se muito bem. A instituição, por meio das estratégias, produz seus lugares de poder e querer próprio, onde os membros desenvolvem táticas de resistência ou mesmo de assimilação frente a isso, para interpretar e criar suas maneiras de fazer seu entendimento religioso. É um conflito, uma tensão, da instituição, frente à autonomia do indivíduo. Entretanto, não é esse o cerne da Reforma? A autonomia do ser frente ao transcendente? Podemos ouvir aqui ecos do lema dos reformadores: “Ecclesia reformata, semper reformanda” (igreja reformada, sempre se reformando).

Para estudar as tensões provenientes dessas micro disputas, foram analisadas determinadas publicações oficiais da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, desde manifestações da presidência, por meio de suas cartas oficiais, até mesmo os jornais da Igreja que circulam na cidade de Joinville, que são basicamente três: o Joinville Luterano (abrangência municipal, editado pela Comunidade Evangélica de Joinville), O Caminho (abrangência regional/sinodal, editado pelo Sínodo Norte Catarinense) e o Jornal Evangélico (abrangência nacional, editado pela IECLB). Esses jornais, por meio de suas reportagens, publicações e cartas dos leitores, tornam-se uma rica fonte para algumas discussões pertinentes a essa dissertação.

Nessas dinâmicas acima apresentadas, podemos perceber que a cada eleição desde a reabertura democrática brasileira, a IECBL publica cartas referente a cada eleição. Cabe ressaltar que essas cartas em momento algum apontam algum candidato, mas lança apontamentos que tentam nortear alguns posicionamentos para os fiéis da Igreja frente ao pleito. Na carta das eleições de 1989, vemos a discussão do que é considerado como pertinente ao cristão levar em consideração durante uma eleição. Nela, vemos excertos como:

Não pode conformar-se com o crescimento da miséria e seus nefastos efeitos colaterais. Exige uma política social, econômica e agrária que seja responsável diante de Deus e da Nação, voltada, em especial, às necessidades dos segmentos desprivilegiados. É o que deverá determinar o comportamento eleitoral do cristão e de toda pessoa de boa vontade.

Ainda:

Também a política está sob a exigência divina. Não é campo neutro, alheio à fé. Muito embora a Igreja não possa constituir-se em partido político ou grupo ideologicamente definido, cabe-lhe publicamente lembrar a vontade de Deus, válida para cristãos e não cristãos. Vai priorizar a ética, opondo-se à corrupção, ao crime, ao fisiologismo, enfim à brutalidade que tantas vítimas faz.

Ainda, no contexto da época, vem uma recomendação acerca da consolidação da recém conquistada democracia:

É espantosa a fragilidade da democracia no País. Sempre de novo é declarada ameaçada. Entendemos ser o regime democrático merecedor de compromisso especial por parte dos cristãos em nossos dias. Oferece as melhores chances de corrigir as distorções sociais e de superar a injustiça. Valoriza o cidadão e simultaneamente o responsabiliza. Cumpre assim o que a Bíblia diz sobre a dignidade do ser humano em sua qualidade de criatura amada por Deus. O espírito democrático não permite à Igreja privilegiar candidatos ou partidos de sua simpatia. Aposta na maturidade e responsabilidade dos eleitores. Não os sujeita a tutela eclesiástica. Pela mesma razão espera-se que candidato à Presidência da República saiba respeitar a instituição democrática e a soberania política do povo que lhe confere o mandato (BRAKEMEIER, 1989)

Pode-se perceber um discurso politizado e vinculado a discussões pertinentes à democracia e à sociedade, presentes nas cartas publicadas em todas as eleições. Essas são presentes nas publicações do Jornal Evangélico, de alcance nacional dentro do âmbito da IECLB, conforme demonstram as imagens abaixo:

Fig. 01 - Capa do Jornal Evangélico / setembro de 1994



Fonte: Arquivo Comunidade Evangélica de Joinville

Fig. 02 – Jornal Evangélico / outubro de 1995



Fonte: Arquivo Comunidade Evangélica de Joinville

As manifestações da IECLB encontram ecos nas publicações de âmbito nacional, ao contrário das publicações que circulam no âmbito municipal. Nota-se no jornal Joinville Luterano a ausência das publicações, ou mesmo dos comentários acerca das mesmas. Encontram-se temas que são trabalhados nas cartas, mas que não fazem referência às mesmas. Percebe-se um esvaziamento de conteúdos politizados, e um foco maior nas programações das paróquias, e em aspectos teológicos. No Jornal Evangélico, percebem-se discussões que envolvem temas variados, como questões de gênero, indígena, questão agrária, entre outras. Por meio dessas análises, identificou-se alguns conflitos entre estratégias e táticas frente à teologia do grupo luterano, e essas tensões acontecem, em muitos âmbitos, mas inclusive por meio da escrita, nos documentos.

Referências

A NOTICIA. **Cidade é o maior polo luterano do continente.** Joinville, 2001. Disponível em: < <http://www1.an.com.br/jville2001/pg03.htm>>. Acesso em: 30/06/2012.

ALTMANN, Walter. **Lutero e Libertação.** São Paulo: Ática, 1994.

BARTH, Karl. **Carta aos Romanos.** São Paulo: Novo Século, 2000.

BRAKEMEIER, Gottfried. **Eleições 1989.** Carta Pastoral da Presidência, de 24 de agosto de 1989. Disponível em <<http://www.luteranos.com.br/conteudo.php?idConteudo=12573>>, acessado em 24/07/2013

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1.** Artes de fazer. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

ELLER, Vernard. **Christian Anarchy: Jesus' Primacy Over the Powers.** Michigan: Wm. B. Eerdmans Publishing Co. Grand Rapids, 1987

ELLUL, Jacques. **Anarquia e cristianismo.** São Paulo, Garimpo, 2010.

HOBBSBAWM, Eric. **Sobre história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998

LINDNER, Clovis H. **Manifesto de Curitiba completa 40 anos.** Blumenau, 2010. Disponível em <<http://www.jornalocaminho.com.br/noticia.php?edicaoId=89&cadernoId=7¬iciaId=3990>> Acessado em 15/06/2012.

LUTERO, Martinho. **Obras Selecionadas.** Vol. 6. São Leopoldo: Sinodal / Porto Alegre: Concórdia, 1996.

MARQUES, Viriato S. A Reforma Luterana no horizonte da filosofia política. **Martinho Lutero: Diálogo e Modernidade.** Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 1999.

ROCHA, Isa de Oliveira. **Industrialização de Joinville, SC: da gênese às exportações.** Florianópolis: UFSC, 1997.

SINNER, R. von; MAJEWSKI, R. G. **A contribuição da IECLB para a cidadania no Brasil.** Estudos Teológicos 1/2005 - Faculdades EST - São Leopoldo/RS.

STAHLHOEFER, Alexander De Bona. **“Política” em Lutero: uma análise a partir da doutrina dos dois regimentos.** Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Ano II, n. 5, Set. 2009. p. 241-258.

TILLICH, Paul. **A Era Protestante.** São Paulo: Traço a Traço Editorial, 1992.

_____. **Teologia da Cultura.** São Paulo: Fonte Editorial, 2009.

_____. **Teologia Sistemática**. Caxias do Sul, RS: Editora Sinodal, 2005.

_____. **The Interpretation of History**. New York: Charles Scribner's sons, 1936.

WEINGÄRTNER, Lindolfo. **A responsabilidade pública dos cristãos: exemplificada no Manifesto de Curitiba**. Blumenau: Otto Kuhr, 2001.